

## CAPÍTULO 34

# Textualidade afro-brasileira em veículo hegemônico: um estudo sobre narrativas orais e a escrita de jornalistas negros publicada pela grande mídia

*Hugo Mansur*

Promulgado em 2010 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288/2010, apresentou em seu Capítulo VI diretrizes à produção dos meios de comunicação. Em suas primeiras linhas, Art. 43, se faz notório dois aspectos fundantes das preocupações com o cenário a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades. O primeiro diz respeito à valorização da herança cultural negra, seguido da proposição pela garantia da participação da população afrodescendente na história do país. Mais a frente, já no Art. 46, o indicativo legal orienta pelas práticas de iguais oportunidades de emprego no ramo das comunicações.

Para além de uma política de Estado, o setor das comunicações demanda do poder público mecanismos garantidores de tais diretrizes. A política pública não se faz sozinha, de modo autônomo. Seja no âmbito público ou privado das corporações de mídia, na amplitude do território nacional, o que tem prevalecido são ações pontuais e isoladas. Tanto na mensuração de negros no exercício profissional do jornalismo

quanto no engajamento desses agentes numa cobertura dedicada a levantar a contribuição negra em nossa sociedade ficamos aquém do que determina a lei.

O presente estudo se propõe a levantar uma coleção de exceções no jornalismo brasileiro, com casos de jornalistas negros atuantes nas grandes redações de veículos em praças como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Pretende-se ainda intercruciar a interpretação da escrita com o depoimento oral dos jornalistas negros no exercício da profissão. Como material de análise, textos por eles produzidos e publicados pela grande mídia, somado à história oral, obtida por meio de entrevistas.

Os nomes até aqui selecionados trazem consigo a marca identitária de uma escrita desenvolvida em torno da relação de afinidades pelo pertencimento racial afro-brasileiro. Escrevem a partir de suas origens negras, pensando em pautar a sociedade por meio das temáticas raciais e compartilham do desejo, evidenciado pelas palavras que proferem, em dialogar com os seus semelhantes. Os jornalistas Cleidiana Ramos (BA), Flavia Lima (SP), Flávia Oliveira (RJ), Adriana Couto (SP) e Antonio Carlos Quinto (SP), que inseridos num conjunto restrito de profissionais negros na imprensa elaboram, no jornalismo brasileiro, o que pesquisadoras como Leda Maria Martins (1997; 2021) e Florentina Souza (2006) apresentam como “experiência da performatividade negra” e “textualidade negra”, respectivamente.

O estudo tem ainda como interesse analisar a circulação da textualidade afro-brasileira em cinco veículos da imprensa profissional, delimitados pela produção de sujeitos declaradamente conscientes de suas identidades raciais e marcados pela intencionalidade produtiva no campo do jornalismo, em prol de uma pauta autorreferenciada.

Certo da necessidade que temos como sociedade em não abdicar de estudar a retórica da memória feita pela mídia, Roger Silverstone alerta que “memórias midiáticas estão aí para apanharmos e lutarmos por elas” (Silverstone, 2002, p. 243). O que se busca é compreender, sobretudo, quais mudanças sociais podem emergir do repertório deixado pelas biografias e escritos de comunicadores negros no jornalismo hegemônico brasileiro, devendo-se estabelecer “[...] a memória como um produto da mídia, e não apenas como sua precondição” (Silverstone, 2002, p. 245).

O papel de pautar a notícia é um ponto de partida comum entre os jornalistas selecionados. Suas escritas trafegam por territórios da vivência e chegam às fronteiras da identidade étnico-racial. Por meio de uma ampla defesa humanitária, enxergam o negro em sua potencialidade, mas também pelas vulnerabilidades. Ainda que alocados numa estratificação social emergente, nem por isso, isenta de ataques discriminatórios.

Favorecidos, na virada do século, pela ampliação de políticas públicas, oriundas das conquistas dos movimentos sociais e negros pelo país, esses comunicadores puderam dialogar ao mesmo tempo num cenário racialmente hostil e ocasionalmente renovador.

Com a Lei nº 10.639/03, que visou a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira somada ao simbolismo do 20 de novembro, oficialmente regimentado como data que homenageia a memória do líder Zumbi dos Palmares, dentre outras, as coberturas demandaram profissionais capazes de responder a uma especialização que, há uma média de cinco anos, se desenha no que as redações passam a chamar de “editoriais da diversidade”.

A partir do estudo, busca-se cumprir uma investigação que vença armadilhas da representação, muitas vezes publicitária da diversidade, que de maneira contumaz coloca jornalistas negros em protagonismo sazonal, como quando ocorre na formação de bancadas em telejornais cuja presença do profissional negro está justificada pela substituição do titular.

### “Meu jornalismo”: história oral e a escrita de jornalistas negros

O jornalismo brasileiro, especialmente o produzido pelos veículos tradicionais da grande mídia, contou com oscilante participação de jornalistas negros em suas redações ao longo da história das comunicações no país. Minoritária, a presença negra nas redações escalou estágios solitários na hierarquia da importância noticiosa.

Em *Letra preta: a inserção de jornalistas negros no impresso*, Yasmin Santos (2019) investiga a experiência de 47 profissionais atuantes em redações espalhadas pelo país. Como resultado de sua investigação surge a recorrência do descrédito intelectual associado ao jornalista negro. A problemática da posição de autor para a pessoa negra é levantada pelos relatos do coletivo de comunicadores selecionados pela pesquisa em grupos de mais de cinco profissionais por região no território brasileiro. Leda Maria Martins (1997) conceitua de maneira abrangente o entendimento das performatividades negras nas artes e Florentina Souza centraliza investigações na imprensa negra, *Jornal do MNU*, e na produção da literatura negra, pelos *Cadernos Negros*. Porém, não há registro a respeito da formulação de uma escrita idealizada por, para e sobre os afrodescendentes, como define Souza (2006), presente na estrutura hegemônica do jornalismo brasileiro.

Em contrapartida às evidências do acometimento a um ambiente discriminatório, segundo a autora, a presença dos jornalistas negros garantiu às redações, para além de representatividade, uma diversidade na produção jornalística. “Como se esses poucos profissionais – que, em sua maioria, ocupam cargos pequenos e detêm pouco poder diante da hierarquia dos veículos – fossem uma espécie de amuleto da redação responsável por afastar o mau agouro do racismo” (Santos, 2019, p. 58).

Relacionar o que dizem os jornalistas negros e conectar seus relatos à textualidade produzida passa a ser a combinação de sentidos buscada por esta pesquisa. Compreender, portanto, quais estratégias garantem um fluxo de permanência profissional como constatamos com os jornalistas selecionados.

No jornalismo impresso, por exemplo, editorias de primeiro caderno, espaço no qual se publica o prestigiado jornalismo de opinião, a autoria da escrita de profissionais negros se manteve historicamente repelida. A colaboração de jornalistas negros esteve alocada nos cadernos secundários, em geral especializados em cultura e esportes.

O trânsito frequente de articulistas negros tem ocorrido a partir dos anos 2003, impactado pelas políticas de ações afirmativas, que pressionaram inclusive o ambiente empresarial das comunicações no país, como pude observar ao longo do desenvolvimento da dissertação (Mansur, 2019). Destaco o caso da líder afro-religiosa Mãe Stella “articulista quinzenal em *A Tarde*, primeira Ialorixá a ocupar uma coluna opinativa num jornal brasileiro, [...] ‘Consciência não é valorização! Consciência é iluminação!’ (*A Tarde*, Opinião, 20 nov. 2013, p. A2)” (Mansur, 2019, p. 28). Os pioneirismos tardios têm se evidenciado cada vez mais no ramo do jornalismo opinativo, como é a presença da jornalista Flavia Lima, que ingressou, em 2019, como primeira e até aqui única pessoa negra a ocupar o cargo de ombudsman de um jornal no país.

O estigma recorrente do lugar profissional do negro na sociedade refletiu-se na estrutura da imprensa nacional. A diversidade tem sido implementada pela grande mídia por meio de parâmetros preocupados com a concorrência oriunda dos ciberespaços, mesmo os conteúdos amadores, que recaem sobre o risco de um jornalismo obsoleto, que não atenda às demandas de renovação conteudista.

Dos espaços concedidos e ocupados vão surgindo nomes que fizeram escola em suas especializações jornalísticas. Dois Hamiltons, jornalistas negros, são o legado de um jornalismo em defesa dos temas negros: Hamilton Cardoso, repórter aguerrido de política do *Diário Popular*, em São Paulo, e Hamilton Vieira, que escreveu em defesa dos blocos afros para o caderno de Cultura do jornal baiano *A Tarde*. Ambos guiados pela ideia em difundir consciências negras, escreveram com foco na reelaboração da historicidade, propondo deslocamento da inconclusa abolição, em 13 de maio de 1982, com fins de projetar o herói negro da resistência, num 20 de novembro, Zumbi dos Palmares.

Helaine Braga Martins Pereira é outro nome de destaque da recente produção negra para o jornalismo. Idealizadora do projeto “Entreviste um Negro”, fundado em 2005, que estimula a escolha por profissionais negros como fontes para as mais variadas pautas. À margem da grande imprensa, sonhou em integrar a redação da *Folha de S. Paulo* e acumulou trabalhos no jornalismo organizacional, em cargos de assessoria de imprensa. Trabalhou em parceria com o jornal *Estadão* na produção especial de conteúdos focados nas culturas periféricas e o tema da mobilidade urbana. Em 2021, morreu prematuramente após uma parada cardiorrespiratória, aos 41 anos.

Entre similaridades e diferenças, jornalistas negros de ontem e de hoje se agrupam e se dividem por ecossistemas nos quais representam o permanente risco de extinção da espécie.

Participantes da pesquisa *Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil*, tese de doutorado em comunicação de Isabel Cristina Clavelin da Rosa, as jornalistas Cleidiana Ramos e Flavia Oliveira, quando solicitadas pelo questionário temático aplicado, expressaram a respeito da escolha do jornalismo como profissão trechos que destaco:

Fui a primeira da família a fazer jornalismo. Não tinha outra. Em universidade pública, eu fui a segunda da família. Antes só tinha acho que, quase 20 anos antes, um tio meu tinha feito, mas Farmácia. Eu sempre gostei muito de escrever. Como não dava para fazer outras coisas, tipo Teatro, eu achei que Jornalismo eu podia me aproximar dessa coisa de escrever. E lá na faculdade, eu fui me apaixonando cada vez mais pelo curso, principalmente pela essa área de Novo Jornalismo, que é Jornalismo e Literatura. (Cleidiane Ramos; Rosa, 2016, p. 470).

O fato de ser uma mulher negra, com origem na periferia, filha de mãe largada do marido... todo esse padrão que a gente meio que reúne e se irmana, né? E ter tido uma carreira profissional ascendente e ter tido um pouco de visibilidade midiática etc. etc. não anula, em nenhum momento, o fato de eu ser uma exceção ainda depois de 25 anos de carreira. Quer dizer? Não olho para o lado e vejo outras jornalistas negras em Economia (Flavia Oliveira; Rosa, 2016, p. 481).

### Textualidade negra: editorias da diversidade, pluralidade e inclusão

Em jornalismo, um critério de especialização é definido pela constituição de uma editoria dedicada à abordagem de determinada temática (Erbolato, 1981). Muitas são amplamente reconhecidas e compreendidas pela audiência, como política, cultura e, sobretudo, esportes (pela popularidade). No entanto, há uma estrutura bem mais eclética e setORIZADA que organiza as redações e, por conseguinte, as páginas e seções de um jornal, seja impresso, digital, televisivo ou radiofônico. Ciências, saúde, lazer, cotidiano, opinião e, mais recentemente, desde 2019, um movimento de inclusão de novas editorias surge inaugurando seções que consideram a diversidade, a pluralidade e a inclusão, nas quais estão contidas as questões de raça, gênero e sexualidade. Somados, os avanços pontuais que extraímos das experiências capitaneadas pelos jornalistas aqui investigados ajudam a caracterizar institucionalização da escrita negra para o jornalismo brasileiro.

Da Bahia, o Caderno de Consciência Negra (2003), objeto de estudo em minha pesquisa no mestrado e capitaneado pela jornalista Cleidiana Ramos, pavimentou o pioneirismo da cobertura racial em busca de uma especialização, experimentada por treze anos ininterruptos (Mansur, 2019). A formação de um núcleo de jornalistas negros dedicados a cobertura de identidade, cultura e religiosidades negras na capital mais afrodescendente do país sem dúvidas serviu como um caso laboratorial para medir interesse público, publicitário e comercial da empreitada.

Nos últimos cinco anos, são anunciadas as iniciativas encampadas pela *Folha de S. Paulo*, com a editoria de Diversidade (2019); em 2022, a CCN Brasil apresenta o programa *CNN Plural* em sua programação e, mais recentemente, com lançamento no portal do *Jornal da USP*, da editoria permanente Diversidade e Inclusão. O caso da *Folha de São Paulo* precisa ser registrado, pois, diferentemente dos demais, se mantém com o perfil de consultoria. Não há seção definida pela diagramação nas páginas do jornal.

A especialização na cobertura das diversidades iniciada pela grande mídia vem se consolidando lentamente e podemos dizer, com substancial atraso. Se levarmos em consideração a circulação da *Revista Raça Brasil*, sua primeira edição chegou às bancas em setembro de 1996, publicação consolidada e cobertura dedicada à parcela negra da população, temos um hiato de 26 anos.

Diplomados, com até mais de uma graduação ou com pós-graduações turbinadas ao currículo, os jornalistas negros acabam emplacando especializações mais imediatas, para somente após estabilidade na carreira realizar combinações que possibilitem a atuação profissional identificada pela abordagem étnico-racial. Flávia Oliveira e Flavia Lima são exemplares desse arranjo. Ambas são jornalistas de formação, inicialmente especializadas em economia e, posteriormente, reconhecidas também pelo guarda-chuva das diversidades.

Partindo do pressuposto e do legado da antropóloga Lélia de Almeida Gonzales (1935- 1994), e ainda hoje repercutido pela socióloga Vilma Maria dos Santos Reis, é devido apresentar a pessoa negra pela composição nome e sobrenome, visto que, sem essa prerrogativa, o racismo nomeia como lhe convir. O ensinamento é partilhado de geração em geração entre coletivos negros e associações dos movimentos negros, especialmente por grupos de mulheres negras. Sem apelidos, diminutivos ou abreviaturas, trago elencados os nomes por extenso dos jornalistas negros interlocutores da pesquisa. As seções que apresentam meus interlocutores de pesquisa trazem seus nomes em extenso como marcador político para o tratamento do que se pretende demonstrar como o panteão das textualidades negras na grande mídia brasileira.

A partir das entrevistas orais, agendadas para acontecer no primeiro trimestre de 2023, com as jornalistas Cleidiana Ramos, Flavia Lima, Flavia Oliveira e Adriana Couto, serão acrescidos aos dados curriculares os aspectos da descoberta vocacional para o jornalismo bem como o ambiente profissional enfrentado nas redações, dentre outros depoimentos solicitados e previstos pelo roteiro norteador.

A primeira entrevista oral realizada para o estudo ocorreu com o jornalista Antonio Carlos Quito, repórter do *Jornal da USP*, atualmente alocado na recém-criada editoria de Diversidade e Inclusão. Com o depoimento do jornalista, puderam ser mescladas às informações profissionais alguns aspectos da origem, que consideramos relevantes para compreender de que modo tem se manifestado a participação política dos sujeitos jornalistas negros na grande mídia.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. Entre o jornalismo e a história: a entrevista como articulação narrativa do tempo. In: MAUAD, A. M. (org.) *História oral e mídia: memórias em movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 11-27.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Igualdade racial e étnica [Estatuto da igualdade racial (2010)]. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 206 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/520765>. Acesso em: 10 out. 2022.
- CONCEIÇÃO, F. *Mídia e etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos: entre Zumbi dos Palmares e Malcom X, entre Folha de S. Paulo e The New York Times*. São Paulo: Livro Pronto, 2005.
- DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-154.
- DINES, A. *O papel do jornal: tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- ERBOLATO, M. L. *Jornalismo especializado: emissão de textos no jornalismo impresso*. São Paulo: Atlas, 1981.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país*. 22. ed. Barueri: Publifolha, 2021.
- LANDES, R. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LOPES, N. *Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- MANSUR, H. *Ebô de palavras: uma leitura afirmativa das páginas da consciência negra em A Tarde (BA, 2003-2015)*. Dissertação (Mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2019.



- MARTINS, L. M. *Afrografias da memória, o reinado do rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.
- NASCIMENTO, A. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- OLIVEIRA, D. O racismo de um país que não se reconhece racista. *Jornal USP*, 2016. Disponível em: <http://jornal.usp.br/ciencias/o-racismo-de-um-pais-que-nao-se-reconhece-racista/>. Acesso em: 20 set. 2020.
- PEREIRA, E. A.; GOMES, N. P. M. *Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira*. Belo Horizonte: Mazza Edições, Editora PUC-Minas, 2001.
- PINTO, A. F. M. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/6432/1/Ana%20Flavia%20Magalhaes%20Pinto.pdf>. Acesso em 29 jun. 2024.
- PINTO, Y. S. M. *Letra Preta: a inserção de jornalistas negros no impresso*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/16209>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- RAMOS, S. (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- ROSA, I. C. C. *Parresia e hermenêutica de profundidade nas trilhas de Hermes: raça e gênero em formas simbólicas sobre o jornalismo como profissão no Brasil*. 2016. 688 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, 2016.
- SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SOUSA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- SOUZA, F. S. *Afro-descendentes em cadernos negros e jornal do MNU*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- TEIXEIRA, E. C. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador, UFBA, 2002.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2004.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*, parte I (ABNT). 4. ed. São Paulo: Aguia, 2020. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/459/413/2006>. Acesso em: 8 dez. 2022.